

Apresentação

A Revista *Espacialidades*, em seu 6º dossiê, intitulado *Quando espaço e política se encontram: diálogos possíveis*, conta com artigos de diversas universidades de diferentes lugares do país. Todos eles versam sobre um eixo que consiste na proposta do presente número, que é a aproximação entre a política e o espaço. Nesse sentido, interessou aos autores dos artigos publicados analisar como essas categorias podem estar presentes em um mesmo texto, em uma mesma reflexão, revelando que quando existe uma aproximação entre elas novos significados são revelados, novas relações se tornam visíveis, novas interpretações surgem. Os textos que seguem, portanto, apresentam um dos elementos que sustenta a pesquisa acadêmica, que é a inovação. Essa foi proporcionada por pesquisas envolvendo fontes, metodologias, teóricos e historiografia, mas foi propiciada igualmente por aquilo que compreende a proposta do presente dossiê da Revista *Espacialidades*, ou seja, por diálogos possíveis entre política e espaço.

Este volume conta com alguns artigos que trabalham com díspares concepções do que é política e do que é espaço. Essa pluralidade de percepções consiste em uma das principais riquezas desta publicação e a leitura dos textos a seguir será crucial para a compreensão e aprofundamento de como isso pode ser útil à pesquisa, de como existem várias formas de se construir investigações e de como, ao longo do tempo e em diferentes esferas da sociedade, essas categorias foram trabalhadas e vivenciadas pelos sujeitos históricos. Desse modo, as propostas dos artigos merecem ser sintetizadas para que o leitor as conheça minimamente e, assim, realize suas escolhas. Elas serão, então, apresentadas na mesma ordem em que aparecem no presente dossiê, que, aliás, será encerrado com uma entrevista realizada com Renato Amado Peixoto, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que respondeu a algumas perguntas feitas pela Equipe Editorial acerca de aproximações entre política e espaço.

O texto *O indígena nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: entre o problema e a solução (1839-1845)*, de Luis Fernando Tosta Barbato, tem por objetivo examinar como o indígena foi tratado dentro das revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) durante o período no qual o cônego Januário da Cunha Barbosa esteve no posto de primeiro-secretário do grêmio. Nessa época a fragmentação territorial do país parecia iminente e o referido instituto passou a procurar construir marcas simbólicas da brasilidade, utilizando, dentre outros, o indígena brasileiro. Luis Barbato procurou analisar, portanto, as diferentes formas como os nativos apareceram no periódico do IHGB, percebendo ambiguidades e disputas internas entre membros da instituição.

Em *Es/creer/ver a nação: espacialidade forjada na narrativa barrosiana*, de Elyaldo Gonçalves Dantas, o historiador procura fazer uma reflexão sobre a organização do espaço nacional no pensamento do integralista Gustavo Barroso a partir do aporte teórico metodológico da desconstrução derridiana. Como material de análise o autor utiliza um dos capítulos da obra *Brasil, Colônia de Banqueiros*, onde Barroso utiliza o tropo da animalização para a construção espacial e identitária da nação. Esse exame, no entanto, ultrapassa a compreensão desse documento como texto escrito e considera que o trabalho que adota como a fonte, para sua constituição, recorre a imagens, possui uma dimensão visual que rabisca um quadro do que seria a nação.

O trabalho intitulado *Visões da “família provincial do Império”: política e representação do espaço no Brasil do século XIX*, da historiadora Pérola Maria Golfeder e Castro, trata das relações entre política e espaço sob a perspectiva das representações do território brasileiro no século XIX. Por meio da análise de compêndios geográficos impressos no Brasil entre as décadas de 1830 e 1870 a professora analisa como as transformações no arranjo institucional do Império influíram na maneira de se enxergar o território brasileiro. Por isso, a autora entende que conhecer o território é, necessariamente, fazer política.

Para Renato Marinho B. Santos, a Intendência Municipal procurou formar uma nova ordem urbana em Natal entre os anos de 1904 e 1929. Dessa maneira, no estudo intitulado *Entre Bockham e Babel: a gestão do espaço urbano natalense na primeira República*, o autor analisa o funcionamento da Intendência, seus limites de ação, sua relação com o governo do estado, seus mecanismos de atuação na capital. Ele examina também a elite que administrou a cidade do Natal durante a primeira República, pois entende que a formação de uma nova ordem urbana está relacionada aos gestores do município.

Em *As lutas políticas dos congadeiros da cidade de Oliveira (MG), 1950-2009*, Fernanda Pires examina as lutas políticas enfrentadas pelos participantes da festa do Congado

da cidade de Oliveira (MG). Em meio a proibições e permissões os descendentes de escravos lutaram e ainda lutam para conseguirem manifestar sua devoção à Nossa Senhora do Rosário e aos santos padroeiros pelas ruas da cidade e também conquistar o respeito da população local à sua expressão cultural. Por isso, para a historiadora, a luta política dos congadeiros pode ser evidenciada através de diferentes ações como a conquista de espaços públicos de Oliveira, considerados por eles como sagrados e que fazem parte da história de seus antepassados.

Para Carolino Marcelo de Sousa Brito, em *Cidades históricas da Chapada Diamantina: patrimônio baiano ou mineiro?*, o patrimônio foi um importante vetor no processo de reconhecimento do passado minerador da Chapada Diamantina, Bahia, na década de 1970. Essa região, para o autor, estava em decadência social e econômica desde o declínio da atividade mineradora no final do século XIX e passou a ter dizibilidade e visibilidade por meio do patrimônio histórico, quando teve seus sítios urbanos comparados aos consagrados sítios urbanos mineiros por estudos realizados pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Este processo levou ao tombamento dos primeiros sítios urbanos pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) entre os anos de 1973 e 1980.

No artigo *A cidade e as manifestações coletivas: a constituição da Praça Sete como espaço da expressão política*, de Fabiano Rosa de Magalhães, continua o debate em torno das relações entre política e espaço por meio de uma análise inspirada na sociologia das manifestações. Esse texto busca compreender a constituição da referida praça enquanto espaço privilegiado de manifestações políticas, destacando o embate entre diversas forças e suas diferentes concepções sobre o espaço público.

Valores em plenária: moralidades e religiosidades na discussão sobre as “uniões homoafetivas” pelo Supremo Tribunal Federal, artigo de Ricardo Andrade Coitinho Filho, como o título deixa claro, realiza uma discussão em torno da questão jurídica ligada à problemática das uniões homoafetivas. Tal debate percebe o Supremo Tribunal Federal enquanto espaço de disputas no qual questões da moral religiosa surgem enquanto problemáticas em um debate que por natureza é de caráter público.

O artigo *Assistência social ou controle sócio-espacial: uma análise das espacialidades políticas da Fundação Leão XII sobre as favelas cariocas (1947-1962)*, de Igor Martins Medeiros Robaina, tem como foco compreender as relações conflituosas entre grupos que adotavam diferentes posturas em relação ao ativismo político-social no espaço das favelas do Rio de Janeiro. O plano de fundo da discussão é o surgimento da Fundação Leão XIII, criada

no dia 22 de janeiro de 1947, de modo que interessa ao autor analisar a articulação entre Estado e Igreja Católica nesse embate.

O trabalho intitulado *Movimento Quilombola do Piauí: participação e organização para além da terra*, é um texto de dupla autoria escrito por Daniely Monteiro Santos e Solimar Oliveira Lima. Esse escrito apresenta uma reflexão sobre as experiências do Movimento Quilombola no Piauí desde seu início, na década de 1980, até seu fortalecimento nos últimos dez anos. Por meio de uma problemática espacial, a territorialidade, o autor demonstra o desenvolvimento de dispositivos institucionais que ampararam e ampliaram o acesso de tais comunidades a seus direitos.

O último artigo desta edição, *Um sacerdote integral: o padre João Maria na narrativa do monsenhor Alves Landim (Natal – RN, 1933-1936)*, Antonio Ferreira de Melo Júnior investiga um momento notório da história da cidade de Natal. Em 1935 as organizações familiares do estado do Rio Grande do Norte passavam por um momento de crise; ocorrera, ainda o Levante Comunista. Levando isso em consideração, o autor investiga o surgimento de uma identidade católica na capital pautada no padre João Maria Cavalcanti de Brito. Para tanto, ele analisa a narrativa do monsenhor Alves Landim, que desempenhara importante papel na construção da memória do referido padre enquanto seu primeiro biógrafo.

Fechamos nosso número, conforme se tornou perfil da revista, com uma entrevista. Intitulada *Para além da história política: História e Historiografia*, ela foi feita com Renato Amado Peixoto, que é doutor pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte e trabalha com História da Historiografia, cartografia e pensamento católico. Por isso, na presente entrevista, o professor e pesquisador se concentra em questões de História Política, espaço e Historiografia que emergem do seu livro *Cartografias Imaginárias*, no qual a problemática da formação da nação, dos exercícios de poder sobre o espaço e do papel da cartografia enformando o espaço nacional recebem devido destaque.

Os editores da Revista *Espacialidades* desejam a todos uma ótima leitura.

Equipe Editorial

Diego José Fernandes Freire

Felipe Tavares de Araújo
Gabriela Fernandes de Siqueira
Priscilla Freitas de Farias
Renan Vinícius Alves Ramalho
Tyego Franklim da Silva